19/11/2013 - Desenvolvimento harmônico e dinâmico: desafio de todos em um país continental

*Por João Leopoldino Neto**

Exigências de dinamismo e eficácia nas proposituras e realizações governamentais são inerentes aos regimes democráticos e mais intensas quanto maiores forem os desafios essenciais às condições específicas de cada povo e nação. Nesse panorama pesam, ainda, e muito, as naturezas geográficas e territoriais características de cada local, que determinam a existência de maiores ou menores condições de sobrevivência da população e riqueza das nações.

Assim como é impossível ignorar esses princípios elementares da distribuição geográfica e humana do planeta, também invocá-los para avalizar a inoperância e inércia dos governos não pode ser aceito pela sociedade sem maiores cobranças, como vem ocorrendo há décadas no Brasil.

Lutou-se muito pela redemocratização do país, por uma nova e moderna Constituição e o que se observa hoje é apatia generalizada na cobrança de atitudes mais dinâmicas e presenciais dos governos, em todos os níveis. Acumulam-se justificativas oficiais para tentar explicar a morosidade e até a precária utilização dos recursos públicos nas obras de infraestrutura, por exemplo, fundamentais em um país continental como o nosso.

Nesse panorama, a discussão de questões vitais para alavancar e estruturar o desenvolvimento socioeconômico que a nação exige acaba sendo sempre protelada e até engolida por ações de marketing, destacando aspectos mais sociais e populares das administrações, do que as chamadas obras de infraestrutura, de alcance nem sempre compreendido pela maioria da população.

Com a aproximação do novo ano, de eleições para os principais comandos do país, é quase impossível negar esse enfoque, tradicional das democracias que subsistem pelo voto popular. Assim, cabe ainda mais aos conglomerados técnicos e ligados ao amplo e complexo universo da infraestrutura levantar a voz e potencializar a velha discussão sobre as exigências nesse setor para que o país finalmente alcance a tão sonhada independência socioeconômica de todos seus habitantes.

Associações, sindicatos, federações e confederações ligadas a esse gigantesco e complexo universo da infraestrutura - rodovias, ferrovias, portos e aeroportos - cobrar dos postulantes aos cargos públicos decisórios, tanto na União quanto nos Estados, propostas reais de projetos e proposições que defendem para suas eventuais administrações. Apenas para justificar tal assertiva, vale lembrar que este ano que ora se escoa foi apresentado como o período em que o governo federal iria finalmente destravar os prometidos investimentos em estradas e ferrovias. Depois de um 2012 fraco nos desembolsos do Ministério dos Transportes, essas obras tomariam outro rumo. O que se deu foi exatamente o contrário, comprovado por inúmeros dados, inclusive oficiais, e 2013 irá encerrar seu ciclo como muito menos produtivo em investimentos do que o período anterior, também pouco sugestivo, ao menos em investimentos em rodovias e ferroviais.

Agravando ainda mais o quadro de problemas nesse estratégico setor para a vida e economia nacionais, não faltam informações estatísticas sobre a deterioração das malhas já existentes.

Recente levantamento efetuado pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT), comprova que 63.8% da vasta extensão avaliada apresenta problemas ligados a três itens fundamentais: pavimento, sinalização e geometria. Idênticas conclusões podem ser compiladas em dezenas de semelhantes avaliações, nos demais canais de infraestrutura fundamentais para o país.
São inúmeras as possibilidades de buscar e encontrar meios/recursos para enfrentar e dinamizar essa questão, que se espalha pela maioria dos Estados brasileiros e se concentra, como não poderia deixar de ser, na União e nos ministérios que gerenciam a matéria. Em se tratando especificamente do Estado de São Paulo, sede e território desta entidade, o próximo ano acena com perspectivas mais animadoras, contemplando em, seu Plano Plurianual, investimentos em logística da ordem de algumas dezenas de bilhões, destravando gargalos inaceitáveis para a pujança produtiva do Estado.
A cobrança dessas e outras promessas, no entanto, não pode continuar no acalanto de algumas críticas politicamente corretas, mas ganhar ao menos em tese o clamor das ruas, no caso representado por entidades tanto do próprio setor quanto de atividades a ele correspondentes e dele subsidiárias. É preciso, acima de tudo, cobrar maior dinamismo do Estado.

* João Leopoldino Neto, engenheiro, 1º vice-presidente do Sindicato da Indústria da Construção Pesada do Estado de São Paulo - SINICESP

Comunicação Sinicesp